



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
28.econ@capes.gov.br

Documento de Área

Área 28:

Economia

Coordenador(a) da Área: Adriana Moreira Amado
Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Acadêmicos: André Moreira Cunha
Coordenador(a) de Programas Profissionais: Francisco de Sousa Ramos



Sumário

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA	3
1.1. Tendências, apreciações, orientações	3
1.2. Diagnóstico da área (incluindo a distribuição dos PPGs por região, nota e modalidade)	8
1.3 A interdisciplinaridade na área	11
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA	11
2.1. Inovações, transformações e propostas	11
2.2. Planejamento dos PPGs da área no contexto das instituições de ensino superior	12
2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs	12
2.4 Perspectivas de impacto dos PPGs da área na sociedade	12
2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPGs	13
2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais	13
2.7 Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPGs	14
2.8 Visão da área sobre a modalidade à distância	14
2.9. Visão da área sobre a modalidade profissional (especialmente o nível de doutorado) ...	15
2.10. Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade	16
2.11. Visão da área sobre formas associativas	16
2.12. Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)	17



1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

1.1. Tendências, apreciações, orientações

Ao longo dos últimos ciclos de avaliação, a área de Economia apresentou uma dinâmica consistente de expansão em termos da criação de novos programas, incorporação de docentes permanentes, titulação em todos os níveis, com especial destaque para o doutorado e ampliação da produção científica.

Isso se deu com melhoria nas práticas de ensino e de pesquisa e com avanços nos esforços de internacionalização, conforme tem-se registrado nos sucessivos documentos de avaliação. Observa-se, em particular, que os programas têm reagido de forma proativa às sinalizações das sucessivas Coordenações de Área e Comissões de Avaliação quanto à necessidade de equilibrar os avanços quantitativos de titulação e de produção científica com a busca permanente de qualidade e de excelência.

Em dezembro de 2018 a área de Economia estava composta por setenta e cinco (75) programas de pós-graduação, dos quais:

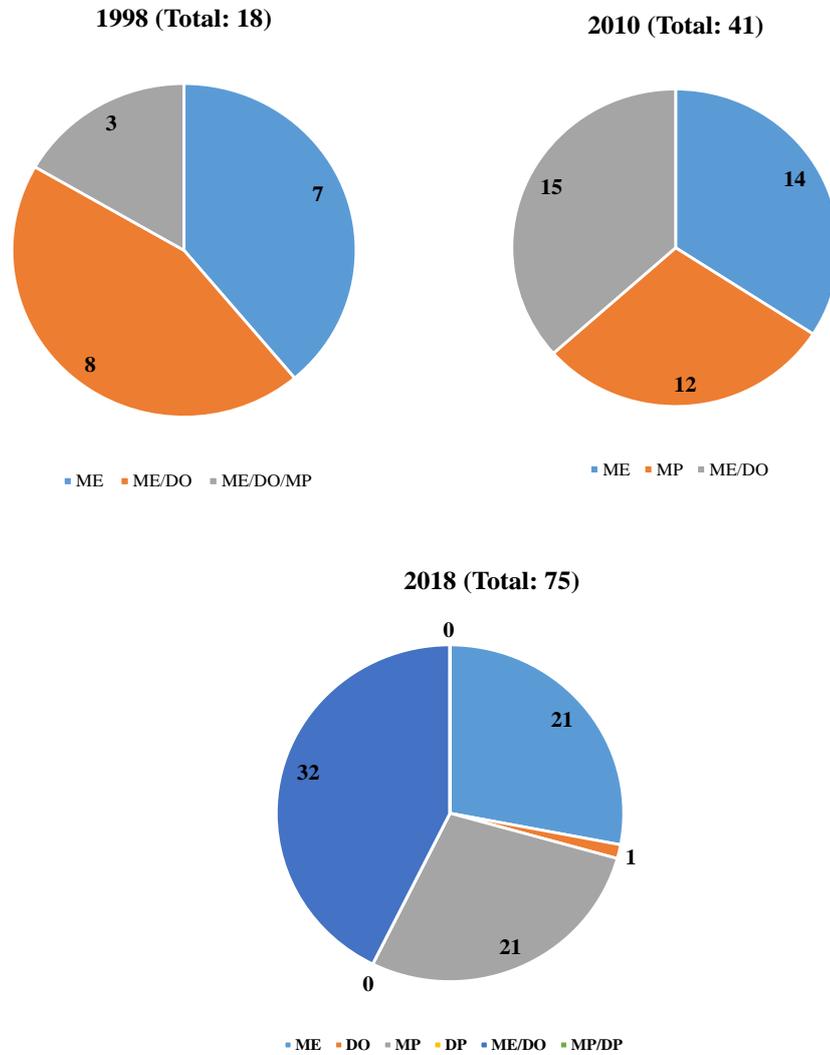
- (i) Trinta e dois (32) programas acadêmicos com Mestrado e Doutorado;
- (ii) Vinte e um (21) programas acadêmicos de Mestrado
- (iii) Um (01) programa acadêmico de Doutorado
- (iv) Vinte e um (21) programas profissionais de Mestrado

Este universo era responsável por cento e sete (107) cursos de pós-graduação, dos quais cinquenta e três (53) são de Mestrado acadêmico, trinta e três (33) de Doutorado acadêmico e vinte e um (21) de Mestrado profissional.

A situação atual revela o processo de expansão e consolidação da área, o que se reflete em múltiplas dimensões, principalmente: na criação de novos cursos; na ampliação da capacidade de titulação; e na sedimentação de programas de excelência, que atuam em convergência com as fronteiras internacionais.

Em termos quantitativos, a área passou de dezoito (18) para setenta e cinco (75) programas nas últimas duas décadas, conforme registrado na figura a seguir.

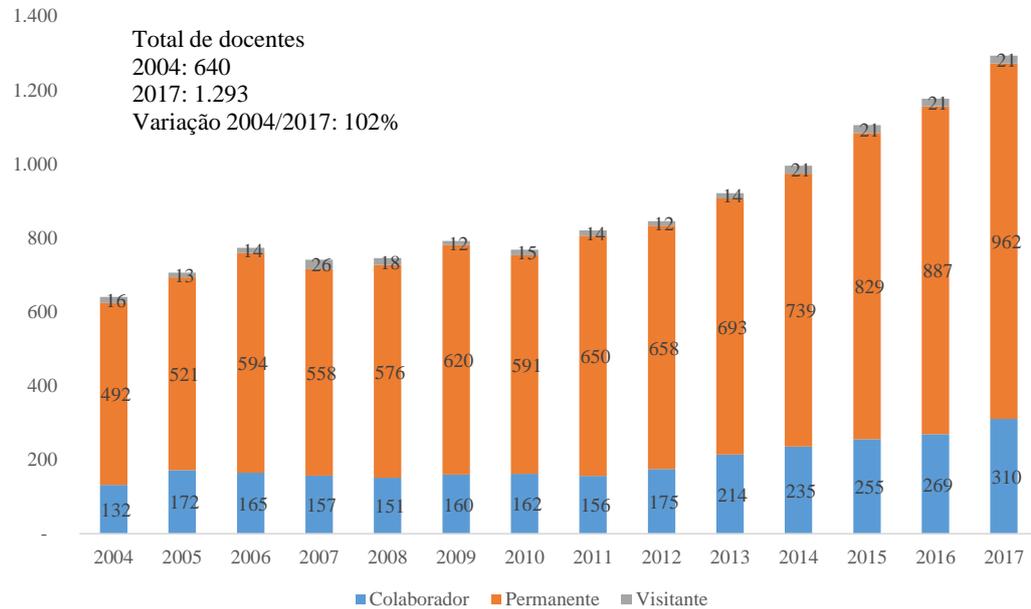
Evolução da Área de Economia, 1998-2018



Fonte: Sucupira e Geocapes.

Sobre o corpo docente, no final de 2017 havia 1.293 docentes, dos quais 962 permanentes, 310 colaboradores e 21 visitantes. A evolução recente do conjunto dos quadros docentes está reportada no gráfico abaixo.

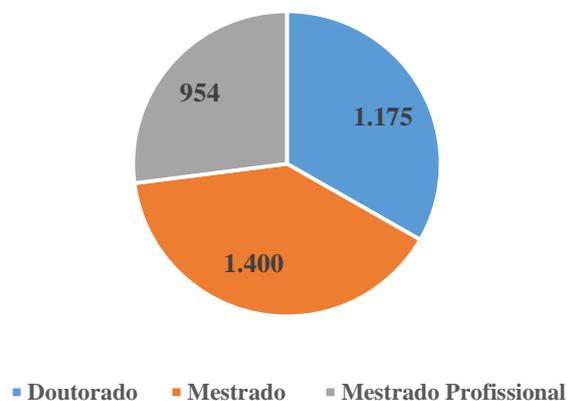
Docentes - Economia, 2004-2017



Fonte: Geocapes com atualização em 06/08/2018.

Com respeito ao corpo discente, no final de 2017 havia 3.529 estudantes matriculados nos cursos de Economia, conforme a distribuição expressa no gráfico a seguir:

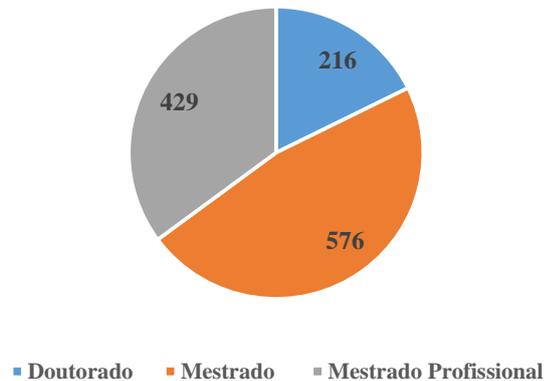
Matriculados nos Cursos de Economia em 2017 Total: 3.259



Fonte: Geocapes com atualização em 09/11/2018.

Em 2017 foram titulados 1.221 estudantes de pós-graduação.

Titulados nos Cursos de Economia em 2017
Total: 1.221



Fonte: Geocapes com atualização em 09/11/2018.

Nos últimos vinte anos a área respondeu de forma ativa aos desafios associados à ampliação na titulação, particularmente no nível de doutorado. Em 1998, a titulação total foi de 267 discentes, quantitativo que avançou para 1.221 titulados em 2017. Houve um incremento mediano de 7% ao ano.

Entre 1998 e 2017 foram titulados mais de quinze mil estudantes, nos termos reportados na tabela a seguir.

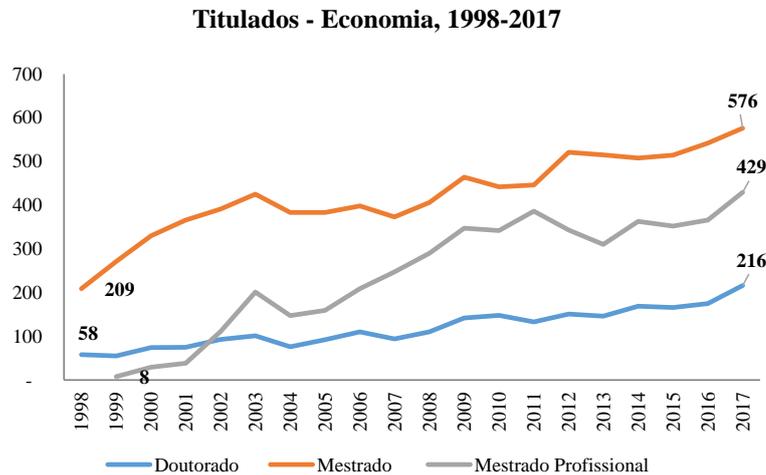
Número Total de Titulados de Economia no período 1998-2017.

	Doutorado	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional	Total
Titulados em Economia	2.384	8.463	4.677	15.524
Participação (%)	15%	55%	30%	100%

Fonte: Geocapes com atualização em 09/11/2018.

A evolução da titulação está reportada no gráfico a seguir. É importante notar que, a despeito das oscilações, a tendência geral foi de expansão. Ademais, e como reflexo do próprio amadurecimento da área, houve um crescimento mais intenso na formação acadêmica no nível de doutorado com relação ao mestrado. Mais especificamente, as taxas medias de variação na

titulação em cursos acadêmicos de mestrado e de doutorado foram de, respectivamente, 5% a.a. e 9% a.a.



Fonte: Geocapes com atualização em 09/11/2018.

A produção científica total e qualificada, que na área de Economia se expressa, principalmente, na publicação em periódicos internacionais classificados nos estratos A1 e A2, tem-se ampliado significativamente em cada ciclo avaliativo.

Verifica-se na tabela abaixo o incremento no número de artigos, periódicos e nos indicadores de produção por docente permanente.

Indicadores de Produção Científica, 2007-2016

	2007-2009	2010-2012	2013-2016
Periódicos (B5 até A1)	444	1.056	1.237
Artigos (B5 até A1)	1.242	2.234	5.550
Artigos em Periódicos Internacionais (A1 e A2)	170	271	721
Artigos por Docente Permanente (B5 até A1)	3,0	5,0	9,0
Artigos por Docente Permanente em Periódicos Internacionais (A1 e A2)	0,4	0,6	1,2

Fonte: Sucupira e Relatório de Avaliação – Economia (2013-2016)

Em síntese, os programas na área de Economia avançaram de forma robusta e qualificada. Isso se deu a partir das orientações das sucessivas Coordenações de Área e Comissões de Avaliação, que se pautaram pelo princípio norteador de preservar o respeito à pluralidade e à diversidade metodológica e paradigmática que caracteriza a área, bem como os distintos perfis de inserção regional, nacional e internacional.

1.2. Diagnóstico da área (incluindo a distribuição dos PPGs por região, nota e modalidade)

A expansão no número de programas, acadêmicos e profissionais ocorreu de forma consistente com o incremento na qualidade, conforme se observa abaixo.

Evolução das Notas dos Programas Acadêmicos, 2004-2016

Nota	2004-2006	2007-2009	2010-2012	2013-2016*
3	11	11	13	18
4	13	14	11	16
5	10	8	10	9
6	4	3	5	6
7	0	2	3	4
Total	38	38	42	53

Fonte: Geocapes - atualizado em 06/08/2018. (*)

No que se refere aos programas profissionais, também se observa crescimento com qualidade.

Evolução das Notas dos Programas Profissionais, 2004-2016

Nota	2004-2006	2007-2009	2010-2012	2013-2016
2	-	-	1	-
3	3	3	2	5
4	5	5	7	8
5	4	4	3	4
Total	12	12	13	17

Fonte: Geocapes - atualizado em 06/08/2018.

Por decorrência, a área atingiu um nível importante de maturidade, expresso no percentual de cursos de excelência – que possuem notas 6 ou 7 – como proporção do número de programas que possuem doutorado acadêmico. Na quadrienal 2013-2016, pouco mais de 1/3 dos programas estavam nessa situação, o que coloca a Economia no quartil superior do conjunto das áreas de conhecimento avaliadas pela Capes.

Por outro lado, permanece a tendência geral de concentração dos cursos nas regiões Sul e Sudeste, conforme revela a tabela a seguir.

Distribuição Geográfica dos Programas na Economia, 1998-2017

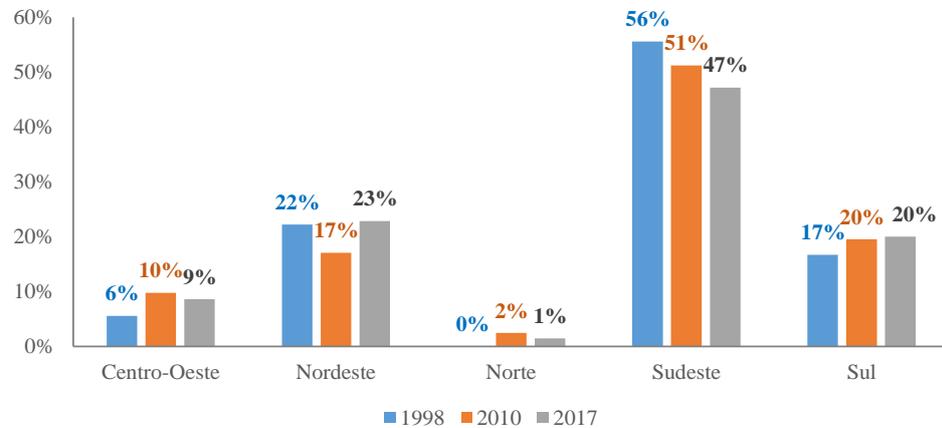
	1998	2010	2017
Centro-Oeste	1	4	6
Nordeste	4	7	16
Norte	0	1	1
Sudeste	10	21	33
Sul	3	8	14
Total	18	41	70

Fonte: Geocapes com atualização em 06/08/2018.

Considerando-se a evolução temporal desta distribuição geográfica, é possível observar que no período em tela houve um incremento no número de programas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, de cinco (05) para vinte e três (23).

Todavia, essa dinâmica salutar não alterou significativamente o perfil de distribuição relativa dos cursos, conforme se depreende pelo gráfico abaixo, sinalizando a necessidade de políticas de indução de criação de programas de pós-graduação, particularmente na região Norte.

Evolução da Distribuição Regional dos Programas, 1998-2017



Fonte: Geocapes com atualização em 06/08/2018.

As tabelas a seguir informam a distribuição das notas nos programas acadêmicos e profissionais a partir de um recorte regional. Verifica-se que os cursos com notas em estratos superiores concentram-se nas regiões Sul e Sudeste. Esta questão ainda merece tratamento especial em termos da formulação de políticas específicas para a descentralização.

Programas Acadêmicos - Distribuição das Notas por Região em 2017*

Região/Estrato de Nota	3	4	5	6	7
Centro-Oeste	2	0	0	2	0
Nordeste	5	3	3	0	0
Norte	0	1	0	0	0
Sudeste	6	8	3	4	4
Sul	5	4	3	0	0
Total	18	16	9	6	4

Fonte: Geocapes - atualizado em 06/08/2018.

Programas Profissionais - Distribuição das Notas por Região em 2017*

Região/Estrato de Nota	3	4	5
Centro-Oeste	1	1	0
Nordeste	1	3	1
Norte	0	0	0
Sudeste	3	2	3
Sul	0	2	0
Total	5	8	4

Fonte: Geocapes - atualizado em 06/08/2018.



1.3. A interdisciplinaridade na área

Nas discussões realizadas por sucessivas Comissões de Avaliação a reflexão em torno da interdisciplinaridade é destacada. Há um reconhecimento geral que o objeto de estudo em Economia demanda uma abordagem que é interdisciplinar por natureza. São muitas as interfaces das pesquisas realizadas na Economia com outras áreas, tais como Administração, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Direito, Educação, Engenharia, História, Medicina, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Zootecnia, Matemática, Estatística, dentre outras.

Persiste, no entanto, o desafio de se identificar os limites do que pode ser considerado estritamente como sendo a área de Economia. Mesmo reconhecendo esta dificuldade os coordenadores de pós-graduação, em sua maioria, reconheceram a importância de não se penalizar cursos com viés de Economia Aplicada, que trabalham de forma mais explícita na fronteira da Economia com demais áreas do conhecimento. Uma prática comum relatada foi em relação ao intercâmbio de alunos, ou seja, o recebimento de alunos de outras áreas e o reconhecimento de disciplinas feitas por alunos de Economia em programas de pós-graduação de outras áreas. No que tange à produção bibliográfica de caráter interdisciplinar, a área tem trabalhado na direção de valorizar esta produção, contudo, há uma preocupação no sentido de que os programas da Área de Economia não se descaracterizem enquanto programas disciplinares ainda que com diálogos transversais com as demais áreas.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

2.1. Inovações, transformações e propostas

A Área de Economia tem se caracterizado por evitar mudanças bruscas no processo avaliativo e incorporar mudanças com prévia discussão com a comunidade acadêmica. Neste sentido, as mudanças têm tido um caráter marginal, mas que de forma cumulativa permitem a evolução e o desenvolvimento da área. Neste quadriênio, esta tendência será mantida. As mudanças que viermos a promover serão frutos de profundas discussões com a área.



2.2. Planejamento dos PPGs da área no contexto das instituições de ensino superior

A experiência de planejamento dos programas no contexto mais geral de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de ensino superior tem-se consolidado ao longo do tempo. Com isso, o processo de planejamento é percebido como uma ferramenta importante para o amadurecimento e consolidação dos programas e se constitui, de um modo geral, em atividade já incorporada na sua dinâmica de funcionamento. Neste sentido, a incorporação das questões associadas à autoavaliação dos programas no processo de avaliação irá contribuir para reafirmar a necessidade de planejamento institucional tanto por parte das IES quanto dos próprios programas.

2.3. Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs

O processo de planejamento dos Programas será enfatizado com a introdução da Auto-Avaliação como elemento específico do processo de avaliação, conforme decisão do CTC-ES em dezembro de 2018. A compreensão desse elemento é de um processo de natureza necessariamente coletiva e que deve estar associado ao processo decisório dos programas. Trata-se de ter mecanismos de acompanhamento e monitoramento, com objetivo de planejamento e melhoria no que tange aos aspectos essenciais dos programas como: egressos, discentes, formação, impacto do programa, proposta do programa etc. Para tanto, os programas deverão compor comitês próprios de acompanhamento e auto avaliação e deverão incorporar esses elementos em seus processos decisórios. Esses elementos e sua integração interna deverão ser devidamente reportados nos instrumentos de avaliação. Concomitantemente, o processo de auto avaliação deverá estar associado ao planejamento estratégico da instituição. Novamente, esses elos entre os dois níveis institucionais deverão estar devidamente reportados nos instrumentos de avaliação e ser considerados prioritários na esfera organizacional tanto do Programa como de sua Instituição.

2.4. Perspectivas de impacto dos PPGs da área na sociedade

A área da Economia trabalha com um amplo leque de temas aplicados e que apresentam intensa interação com diversos aspectos da vida social contemporânea, dentre os quais o



crescimento econômico, a redução da pobreza e das desigualdades, os impactos ambientais do processo de desenvolvimento, a organização do sistema financeiro, a estruturação dos sistemas de previdência e assistência social, as políticas de apoio à produção agropecuária e industrial, o estímulo ao comércio internacional, o financiamento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações, o impacto das inovações tecnológicas, as novas formas de organização de empresas e do mundo de trabalho, padrões de consumo, evolução dos preços dos bens e serviços, para citar alguns.

Por conta disso, tem-se estruturado como fornecedora de pesquisas e de recursos humanos de alta qualidade na avaliação de políticas macroeconômicas e setoriais, na análise do desempenho de empresas e consumidores, na formulação e na avaliação de políticas públicas em quase todas as áreas de atuação do poder público, na assessoria econômica de empresas e instituições diversas e assim por diante.

Os coordenadores da área percebem como extremamente positiva a possibilidade de constituir métricas mais robustas de análise do impacto social de sua atuação, bem como a incorporação dessa dimensão de forma ainda mais destacada na avaliação dos programas.

2.5. Perspectivas do processo de internacionalização dos PPGs

A área tem apresentado um rápido e intenso processo de internacionalização. O uso de métricas consistentes e a valorização dessa dinâmica tem favorecido esse desenvolvimento. No atual quadriênio era de se esperar a continuidade e aprofundamento deste movimento. Contudo, uma preocupação que tem sido recorrente entre os programas diz respeito ao financiamento desta dinâmica de internacionalização, dado que se trata de processo caro e que deve ter fundos para lhe dar sustentação.

2.6. Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A questão das assimetrias regionais é uma preocupação constante da área. O novo processo de avaliação tende a colaborar com esse processo ao valorizar uma gama maior de indicadores e prestigiar programas em dimensões variadas. Contudo, um forte trabalho tem sido realizado pela



área no sentido de subsidiar os programas de regiões mais remotas com informações, com possibilidade de colaboração com programas de outras regiões, com políticas internas de estímulo à produção acadêmica de forma que as várias vocações regionais possam ser consolidadas e, sobretudo, sejam valorizadas. As visitas de acompanhamento aos programas que têm apresentado maiores dificuldades contribuem para a manutenção de uma linha aberta de diálogo, o que facilita o acesso às informações pelos PPGs. Nestes momentos, observa-se que a presença da coordenação de área e de consultores funciona como um fator catalisador que potencializa as discussões sobre o planejamento dos programas e a adoção de medidas concretas para sanar vulnerabilidades detectadas.

Adicionalmente, a adequação e a conseqüente ampliação do Qualis colaborou para valorizar a produção desses programas, na medida em que a classificação dos periódicos levou em conta os fatores de impacto usualmente utilizados em avaliações bibliométricas, porém com a consideração dos efeitos diferenciados daqueles nas distintas subáreas dentro da Economia. Acreditamos que o novo desenho do sistema de avaliação tende a beneficiar essa dinâmica de descentralização na área de Economia, especialmente no que tange à sua natureza multidimensional.

2.7. Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPGs

A área observa que a possibilidade de fusões, desmembramentos e migrações dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, estabelecida na legislação vigente, abre espaço para a introdução de dinâmicas novas na área, particularmente no que tange às fusões. Todavia, ainda não se vislumbra nenhum processo concreto no curto prazo.

2.8. Visão da área sobre a modalidade à distância

A área não tem tradição no uso da modalidade de Educação à Distância nem no Brasil nem no mundo, há alguns programas reconhecidos internacionalmente, contudo, esta não é uma prática comum. Por outro lado, a utilização de ferramentas de EAD em complemento às atividades presenciais tem-se disseminado de forma positiva. São exemplos nesse sentido, a utilização das



plataformas EAD (Moodle etc.) para a disponibilização de materiais diversos, discussão dos temas tratados nas aulas presenciais, armazenamento de aulas gravadas em vídeos, solução de exercícios propostos como reforço à fixação dos conhecimentos, dentre outros. A utilização de bancas para a defesa de dissertações e teses por meio de videoconferência tem-se revelado prática comum, que permite reduzir custos, ampliar o leque de participantes (avaliadores e assistentes) e a internacionalização por meio da participação de avaliadores internacionais.

A despeito destes ganhos, a comunidade acadêmica da área percebe que a manutenção de níveis elevados de qualidade no ensino e, principalmente, na pesquisa na área passa, necessariamente, pelo reforço da experiência presencial, com interação cotidiana entre os corpos docente e discente dos programas. Neste sentido, a área aceitará propostas nesta modalidade, contudo, será muito exigente com o padrão de qualidade das mesmas, de forma a minimizar os riscos que essa nova forma de atuação da Pós-Graduação possa trazer para a área.

2.9. Visão da área sobre a modalidade profissional (especialmente o nível de doutorado)

Nas diversas avaliações trienais e na recente quadrienal a área de Economia buscou avançar no que se refere aos critérios de enquadramento de cursos de pós-graduação profissionais. A diferenciação entre um programa profissional e um programa acadêmico tem sido preocupação da área, e tem sido subsidiada pelas discussões com as coordenações e com docentes dos programas. A evolução tem se dado na direção de se ter um maior espaço na estrutura curricular para atividades voltadas para a aplicação de conhecimento na prática profissional no âmbito empresarial, maior participação de profissionais (com experiência em empresas) nas atividades de co-orientação e avaliação de dissertação e maior participação de produção técnica do corpo docente e discente relacionada a atividades profissionais no âmbito empresarial.

Com a recente criação da modalidade Doutorado profissional, e entendendo sua importância, a área criou uma comissão para elaborar critérios gerais de enquadramento, particularmente no sentido de diferenciar o mestrado profissional do doutorado profissional. Tais critérios vão na direção do público para o qual o programa é voltado, das disciplinas de formação e do trabalho final de curso. É recomendável que o corpo discente seja formado de profissionais ligados ao foco dos programas, preferencialmente vindos com bagagem que permita a interação



entre suas experiências e os novos aportes trazidos pelo programa. O corpo docente deve ser preferencialmente constituído de profissionais doutores conectados com a temática, podendo incluir profissionais de notório saber conectados com o mundo profissional, e o trabalho de conclusão deve destacar sua relevância, inovação e aplicabilidade para o segmento da sociedade, permitindo formatos inovadores, atendendo as demandas da sociedade, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, seguindo-se os princípios da ética.

2.10. Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A Área de Economia tem várias possibilidades de ação indireta sobre a educação básica. O caráter indireto está associado às pesquisas realizadas em subáreas específicas sobre vários aspectos da educação básica. São apresentadas também diversas formas de interação com a sociedade via políticas públicas. Essas formas de ação, bem como toda a economia, têm um caráter diverso e plural. Portanto, não cabe à Coordenação de Área limitar as formas a serem avaliadas, mas sim valorizar o tratamento dessas questões pelos programas. Por exemplo, no que tange à educação básica há diversos programas que estudam essa questão. Isso obviamente deve ser valorizado na avaliação dos impactos sociais do programa. Por outro lado, toda a dinâmica de teorias e estudos empíricos associados à formulação de políticas públicas também deve ser analisada, observada e estimulada. Com uma dinâmica de avaliação multidimensional esses aspectos ficam mais fáceis de serem incorporados no processo de avaliação.

2.11. Visão da área sobre formas associativas

A área acredita que associação de programas podem ter impactos benéficos no surgimento de novos programas e na sua consolidação. Contudo, a visão da área é parcimoniosa no sentido de não permitir que programas nasçam com relações de dependência claras entre programas já consolidados e novos programas. Assim, a associação é estimulada desde que ocorra com objetivos sólidos e bem estruturados e com uma perspectiva de suprir deficiências bem definidas em determinadas regiões ou temáticas de estudo.



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
28.econ@capes.gov.br

2.12 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)

Os mecanismos de solidariedade entre programas são estimulados como forma de suprir deficiências de formação em determinadas regiões. Todavia sua proposta tem que ser claramente benéfica para as duas partes. Não pode ficar patente que haverá um comprometimento da qualidade da formação dos cursos que estiverem envolvidos no processo. Não se aceita, também, que haja comprometimento da dinâmica de pesquisa e geração de conhecimento no programa que está responsável pela formação de docentes no âmbito de programas como Minter e Dinter. Neste sentido, há um cuidado especial com a análise desses programas.